



# XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

## ESCOLA E SEXUALIDADE: ANTILICÇÕES?

**Marcelo Medeiros da Silva**

Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI

Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores

marcelomedeiros\_silva@yahoo.com.br

### RESUMO

O presente texto propõe uma reflexão sobre sexualidade, homossexualidade e escola. As indagações que o fomentaram foram advindas de questionamentos elaborados por professores e professoras da educação básica matriculados/as na disciplina “Saberes e Práticas Docentes” do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba. Como resposta a tais indagações, procuramos apontar quais os rumos que devem ser tomados quando não se pode mais escapar da discussão sobre sexualidade na escola, pensar sobre a relação entre homossexualidade e educação e, por fim, deter-nos na reflexão sobre qual deve ser o papel do/a professor/a frente à temática da sexualidade no campo da educação.

**Palavras-Chave:** Sexualidade, Homossexualidade, Ensino.

### Introdução

O presente artigo é oriundo das discussões em sala de aula com professores e professoras da educação básica quando alunos/as da disciplina *Saberes e práticas docentes* por nós ministrada no Programa de Pós-graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba. O objetivo do recorte teórico-analítico em que se assentou a proposta da disciplina era levar os professores/as-alunos/as a pensarem quais saberes sobre a docência podiam ser construídos quando categorias como corpo, sexualidade, classe, idade, raça eram balizadoras das reflexões sobre o magistério. Para tanto, além de aulas expositivo-dialogadas, foram apresentados alguns seminários pelos/as integrantes da turma ao longo dos quais as questões ligadas à sexualidade na escola eram as que mais inquietavam os/as alunos/as. Inquietaram tanto que este texto é fruto de uma provocação de um dos grupos cujos integrantes, como estratégia preliminar à apresentação, solicitaram aos/às demais alunos/as da turma que formulassem perguntas que apontassem para as inquietações que as discussões e os textos lidos em sala haviam provocado neles/as, sobretudo como docentes. Tal



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

proposta, segundo uma das integrantes do grupo, era decorrente do fato de os assuntos estudados na disciplina terem abalado as “certezas” dela que, desde então, se sentia como se estivesse “sem chão”. Tendo sido elaboradas, pensamos que as questões iam ser socializadas com a turma e respondidas coletivamente, mas, para nossa surpresa, a aluna dirigiu-se a nós e disse que os questionamentos estavam ali postos e que buscássemos respostas. Estas foram o mote da aula seguinte. Ao lermos as trinta perguntas formuladas pela turma, constatamos que todas gravitavam em torno de um mesmo tema do qual era derivada uma temática específica: sexualidade e homossexualidade, respectivamente, as quais são, portanto, os assuntos de que passaremos a tratar a seguir.

### **Resultados e discussões**

Uma das dúvidas dos professores e professoras matriculados/as na disciplina *Saberes e práticas docentes* estava relacionada à abordagem da temática da sexualidade na escola, o que revela a dificuldade que as/os docentes, em sua maioria, têm de lidar com um tema que, embora se faça presente no ambiente escolar, é alçado à condição de presença invisível. Sobre ele, a ignorância parece ser a estratégia metodológica mais eficaz porque assim se mantém em voga o mesmo *status quo* e não se fala sobre o que pode perturbar e, conseqüentemente, ameaçar a ordem das coisas vigentes. Como a sexualidade parece ser um dos temas desestabilizadores e muito perigosos, é mais do que imperioso dessexualizar o espaço escolar. Entretanto, não é possível construir uma redoma de vidro e manter a distância as perturbações e as ameaças que o tema provoca. Neste caso, compete-nos “indagar quem se sente ameaçado e quais as razões dessa ameaça” se não quisermos viver sempre “a vigiar as nossas fronteiras sexuais e a congelar os nossos modos de viver” (JOHNSON, 1996, p. 184 *apud* LOURO, 2000, p. 46). Como professores, somos educados para calar os nossos corpos e os dos nossos alunos. Estabelecemos, no dizer de Louro (2000), um acordo tácito por meio do qual silenciemos, dissimulamos ou negamos as questões da sexualidade no interior da escola. Com isso, fomentamos certa dessexualização do espaço escolar, processo esse que vem amalgamado àquele acordo tácito e um de cujos sintomas é, a nosso ver, o espanto com



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

que determinados/as professores/as se colocam diante de tal temática ou o sentimento de incapacidade de abordá-la, já que até então a discussão sobre sexo e sexualidade esteve a passos largos das aulas, planejamentos e intervenções pedagógicas quando deveria ter sido um dos eixos norteadores das discussões e ações pedagógicas.

Discutir sobre esse tema é enfrentar e, ao mesmo tempo, ter de dar resposta a algo que, anos a fio, foi deixado à margem na escola, embora sempre posto sob vigilância. Apesar das recusas e das estratégias de silenciamento de que se vale a escola para não enfrentar o tema, as questões sobre o prazer e os cuidados que envolvem o sexo tornam-se um ponto nevrálgico do currículo escolar. Se não dá mais para fugir do “problema”, as dúvidas dos professores e professoras com quem trabalhamos convergem, inicialmente, para três questões específicas: como abordar a sexualidade a partir de uma perspectiva que ultrapasse os limites dos velhos manuais de orientação sexual? E o que se espera da escola perante a temática da sexualidade? Ou melhor, que papel ela tem diante de tal temática? Ensaiai respostas possíveis a tais indagações deve ser algo feito considerando-se que a discussão em torno da sexualidade, do prazer, do corpo no ambiente escolar é sempre marcada por tensões e provocadora de mal-estar de forma que, para alguns, um assunto que é da ordem do pessoal e, portanto, do privado não seria da alçada da escola, visto que compete à família cuidar da educação sexual das crianças e dos jovens. Outros, pelo contrário, reiteram que a escola não pode se furtar de abordar tal questão, pois ela e a temática em questão não constituem, necessariamente, duas instâncias distintas. Pelos argumentos apresentados, sejam eles a favor, sejam eles contra a utilização da escola como espaço privilegiado para a educação ou a orientação sexual, depreendemos que a sexualidade é posta como uma receita indigesta para pais e educadores. Uma das razões para isso está no fato de que “[...] é estranho, e horrível para alguns, que a sexualidade se presentifique no interior de outras instituições que não a família (ou melhor, o quarto do casal), quanto mais nos arredores de um ambiente tão supostamente ‘neutro’ como o de uma escola” (AQUINO, 1997, p.08). Nesse caso, parece que a escola não se constitui como o espaço “natural” da sexualidade. Por isso, afigura-se como assustadora e sobre ela se deve calar, política essa que docentes e estudantes, desde que entram na sala de aula, são obrigados/as a seguir, anulando o corpo e entregando-se por inteiro à mente (HOCKS, 2010). Sendo assim, professores/as e alunos/as



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

são compelidos/as a moldarem o corpo “tal como ele deve ser”. Esse disciplinamento dos corpos só é possível porque, antes, há um disciplinamento das mentes, e a escola constitui-se como um dos vários espaços onde existe uma gama de mecanismos e estratégias de vigilância, controle, correção e moldagem das mentes e dos corpos dos indivíduos que por ela circulam.

Não podemos esquecer que, mesmo ante os mecanismos de disciplinamento de mentes e de corpos e o apagamento da sexualidade dentro da escola, esta não deixa de ter em si as marcas da sexualidade cujos vestígios se fazem notar no modo como os alunos e alunas devem se vestir, nas atividades que podem ou não realizar, nos espaços por onde podem circular. Além disso, outros vestígios da sexualidade no corpo da escola se fazem presentes nas “pichações nos banheiros, nas carteiras, os bilhetes trocados, as mensagens insinuantes. O que dizer, então, dos olhares à procura de decotes arrojados, braguilhas abertas, pernas descobertas” (AQUINO, 1997, p. 9)? A sexualidade é, pois, uma espécie de tatuagem que já nasce conosco, da qual não conseguimos nos desvencilhar e que a escola, por mais que queira, não consegue apagar do interior de suas salas, corredores, becos, muros e banheiros. Como reitera Louro (2012, p. 94), “a escola (em seu espaço físico, em seus regulamentos, currículos, normas, programas, em suas práticas, falas, atitudes e gestos das pessoas que ali convivem) é atravessada pelas concepções de masculinidade e feminilidade, pelas formas de sexualidade de uma dada sociedade”. Entretanto, consoante Aquino (1997), as reflexões em torno da relação entre sexualidade e escola não podem deixar de lado o fato de que é necessário contextualizar a sexualidade humana a partir das diferentes dimensões que a constituem: biológica, psicológica, histórica, cultural etc. Essa contextualização, talvez, nos instrumentalize para que possamos suspeitar de determinadas certezas e passemos a apresentar outro olhar, o qual nos possibilite desconstruir o que se nos afigura como natural, familiar, verdadeiro, normal e que, ilusoriamente, tomamos como porto seguro. Se não é mais possível ocultar a sexualidade do currículo escolar, é preciso apresentar argumentos que justifiquem o seu estudo dentro da escola, ainda que seja feito pelo eixo da transversalidade, viés esse que parece conferir à temática em questão certo aspecto exótico como se pudéssemos falar, folcloricamente, de sexualidade em um dado momento, com hora e local determinados (ALVARENGA E DAL’IGNA, 2012).



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), dentre os fatores que fazem ser imperioso na escola o estudo da temática da sexualidade, está o crescente número de adolescentes grávidas, assim como o risco de contaminação pela AIDS. Mas, ainda consoante os PCN, a abordagem da temática da sexualidade não deve se resumir na escola apenas à prevenção da gravidez precoce e ao combate a DST/AIDS. O trabalho com a sexualidade deve priorizar não só a dimensão biológica, mas também psicológica e social. Por isso, precisamos levar em conta o que entendemos por corpo no campo educacional. Nesse espaço, o corpo é visto sempre a partir de uma perspectiva biológica, isto é, como um “substrato biológico naturalmente dado e inquestionável, em cima do qual se erguem, de forma separada e independente, os sistemas sociais e culturais de significado” (SILVA, 2000, p.31). Isso talvez explique a razão por que reduzimos a questão da sexualidade à reprodução ou ainda à relação sexual e à prevenção de doenças. Em decorrência disso, é que no currículo escolar a temática da sexualidade só aparece em nossas aulas a partir do sétimo e do oitavo anos? Qual a razão desse enquadramento em tais séries? “Será por que é nessa idade que a voz encorpa, o corpo muda, a menstruação chega, os hormônios estão em ebulição, enfim os jovens estão “descobrimdo” a sexualidade?” (ALVARENGA E DAL’IGNA, 2012, p. 52).

Caso respondamos afirmativamente a essa indagação, estaremos ratificando “o discurso da biomedicina sobre a puberdade e sobre o amadurecimento sexual” e, conseqüentemente, vendo “o corpo como uma entidade fixa e imutável, com características universais, as quais funcionam como marcadores de uma fase também universal que seria vivida do mesmo modo por todos os jovens” (ALVARENGA E DAL’IGNA, 2012, p. 52). Se nos colocarmos contrários a essa posição, precisaremos ver o corpo como uma produção cultural. Dessa forma, ele se configura como “um locus de inscrição de identidade e diferença que produz sujeitos de uma cultura”. Como tal, foi, e é, possivelmente, sempre será falado, invadido, investigado, ressignificado e perpassado por “marcas diversas com e através de práticas afetivas, políticas, esportivas, estéticas, dentre outras” (ALVARENGA E DAL’IGNA, 2012, p. 53). Ainda acerca da perspectiva que concebe corpo como entidade fixa e imutável e a sexualidade como algo cuja função diz respeito apenas à reprodução, devemos registrar que essa visão exclui outras formas de viver as práticas e desejos sexuais que não são condizentes com o modelo que foi eleito como referência: a heterossexualidade normativa,



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

padrão para a identidade hegemônica cujos traços são branca, masculina e heterossexual. A heterossexualidade não passa, pois, de uma das possíveis formas de sexualidade, assim como o é a homossexualidade. Esta, todavia, a nos guiarmos pelas indagações dos professores e professoras matriculados na disciplina *Saberes e práticas docentes*, é o mais inquietante dos assuntos quando se tem de falar sobre a sexualidade humana. Visto que a escola se configura como uma instância por onde circulam saberes sobre corpo e sexualidades, é preciso frisar que, no que tange à homossexualidade, esta é vista como desvio e, portanto, precisa ser corrigida. Essa visão, talvez, sirva de fundamento, ainda que inconsciente, para os seguintes questionamentos feitos pelos alunos e alunas da referida disciplina:

- a) Como proceder quando o professor é perguntado pelos pais sobre o comportamento de determinado aluno a respeito da sexualidade do filho, principalmente se o menino apresenta traços ou traços femininos?
- b) O que um professor cristão deve falar em sala de aula sobre homossexualidade, já que para a Bíblia esse comportamento é pecado?
- c) Como a escola deveria agir com relação aos casais gays (masculinos e femininos) que nela convivem?

A primeira pergunta leva-nos a outra indagação: existem marcas corporais e comportamentais que possam garantir e fixar identidades sexuais e de gênero? Se respondermos afirmativamente, ainda que não consigamos apontar tais marcas, estaremos afirmando que o corpo constitui-se em algo fixo, imutável e inerte às injunções histórico-sociais. Se assim o é, como explicar o fato de alguns sujeitos possuírem traços femininos e não terem uma orientação homossexual? E, no avesso, explicar por que sujeitos que possuem todos os traços que permitem que eles sejam vistos como típicos representantes do modelo heterossexual (lembramos dos protagonistas de *O Segredo de Brokeback Mountain*, de Annie Proulx, por exemplo) mantêm relações homossexuais? Os dois casos parecem apontar, como afirma Britzman (1996, p. 74), para o fato de que “não existe identidade, nem mesmo a identidade sexual, que seja natural e tranquilamente assumida”. A existência do par *heterossexualidade e homossexualidade*, por si só, já é o suficiente, no momento, para mostrarmos a incapacidade, porque impossível, de regulamentar a sexualidade humana. E aqui podemos ensaiar uma resposta à segunda indagação de nossos/as



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

alunos/as-professores/as, a qual exige de nós relacionarmos homossexualidade e preceitos bíblicos. Se voltarmos à questão, percebemos que quem a formulou parte da premissa segundo a qual a homossexualidade é uma prática condenatória, visto que não desfruta do aval bíblico. De acordo com Jurkewicz (2005), um breve histórico acerca do pressuposto de que parte tal indagação vai nos mostrar que, mesmo antes do advento e da difusão do cristianismo, a homossexualidade já era uma prática condenada pela *Lex Scantinia*, que, no entanto, era uma lei morta e só passou a ser aplicada em casos de violação de menores. Todavia, com o passar do tempo, essa lei foi recrudescendo e, se antes era imputada aos casos de abusos de jovens ou de prostituição sexual, passou a ser extensiva a toda e qualquer prática homossexual. Os condenados eram, em alguns casos, queimados vivos na fogueira devido à prática de tal delito. Como afirma Jurkewicz (2005, 2005, p. 46), para Santo Tomás de Aquino, a homossexualidade enquadra-se na ordem das coisas que podem ser vistas como pecados *contra naturam*, assim como a masturbação e a relação sexual com animais, e constitui-se, portanto, como uma ofensa ao Criador, “o que é mais grave que uma ofensa feita ao próximo”. Será que esse discurso de que a homossexualidade é uma atividade contrária à ordem natural disposta por Deus encontra unanimidade no seio das igrejas cristãs? O primeiro problema que deve ser encarado para uma resposta a tal indagação é perceber que, no âmbito religioso, o discurso elaborado em torno da homossexualidade parte de uma única esfera discursiva, a bíblia, livro ao qual se recorre, neste caso, mais em busca de “prescrições comportamentais do que matizes para o discernimento” (JURKEWICZ, 2005, p. 46). A busca por respostas simples e diretas a partir do texto bíblico faz com que se desconsidere o fato de que “os autores bíblicos escreveram originalmente para a sua época e que as suposições sobre a sexualidade variam muito de uma cultura a outra e de uma época a outra” (JURKEWICZ, 2005, p. 46-47). Ainda na esteira de Jurkewicz (2005, p.47), acrescentemos que:

Alguns teólogos partem do relato do Gênesis 2:24, “por isso, um homem deixa seu pai e sua mãe, e se une à sua mulher, e eles dois se tornam uma só carne” e interpretam essa passagem dizendo que Deus, ao criar-nos, também criou um só modelo de moral sexual para todas as pessoas: o modelo da monogamia heterossexual. Afirmam que esse modelo é parte da ordem criada e não está sujeito a mudanças culturais ou históricas.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Esse modelo é tomado por alguns como uma lei que deve ser obedecida, independentemente da época e das injunções históricas em que ela foi criada, e, em razão dela, as relações sexuais entre iguais são vistas como imorais e, portanto, condenáveis. Além do primeiro problema posto, isto é, a desconsideração dos fatores histórico-sociais subjacentes à elaboração do referido modelo, outro problema no que tange à relação entre homossexualidade e cristianismo está no fato de acharmos que esse discurso condenatório é consensual entre os cristãos e as igrejas cristãs, como se fosse um discurso monolítico. Se se recorre a passagens bíblicas para condenar a prática da homossexualidade, apontando-a como um desvio, também se recorre ao texto bíblico para se mostrar que a leitura que é feita dele não deve ser pautada na busca por um imperativo ético, pois, se assim o fosse, conforme chama atenção o reverendo William Countryman citado por Jurkewicz (2005), os versículos anteriores e seguintes àqueles teriam o mesmo objetivo. Senão vejamos: “Deus então abençoou e santificou o sétimo dia, porque foi nesse dia que Deus descansou de todo o seu trabalho como criador” (JURKEWICZ, 2005, p. 47). A nos guiarmos por uma leitura ao pé da letra de tais versículos, seríamos obrigados a respeitar a instituição do sábado como dia de descanso, o que na prática, salvo algumas exceções, não se efetiva. Então, “não é pela autoridade das Escrituras, mas sim pela tradição, que os cristãos deixaram de observar o sábado” (JURKEWICZ, 2005, p. 47).

Ainda segundo o reverendo William, o Gênesis 2 “não está afirmando que a heterossexualidade é essencial ao ser humano, mas, sim, que a sexualidade é essencial. Não é uma lei, e sim demonstração de generosidade de Deus na criação” (JURKEWICZ, 2005, p. 47-48). Nesse caso, o fundamentalismo que permeia a leitura do texto bíblico no que diz respeito à homossexualidade não parece ser uma via de leitura muito adequada, visto que o desejo por sujeitos do mesmo sexo não é uma doença, que os homossexuais não são menos saudáveis do que os heterossexuais e que a homossexualidade se constitui em um aspecto normal do mundo natural. Mesmo assim, entre os/as fiéis cristãos/ãs, existe ainda muito preconceito apesar de haver também uma maior tolerância em decorrência da visibilidade que o grupo de homossexuais tem conseguido alcançar. Entretanto, lembremos que oficialmente, apesar das declarações do papa Francisco, a posição da Igreja Católica continua marcada pela homofobia, o que vem gerando muitas polêmicas,





## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

as quais são oriundas das posições diferenciadas existentes entre os/as cristãos/ãs e entre até mesmo os próprios membros da hierarquia católica. A título de exemplificação, registremos que as divergências sobre a relação entre cristianismo e homossexualidade podem ser enquadradas em três grupos. No primeiro, está o pensamento daqueles cristãos/ãs para os quais “a homossexualidade deve ser rechaçada, uma vez que evidencia uma conduta antinatural e pecaminosa” (JURKEWICZ, 2005, p. 49). Apesar dessa visão condenatória, esses/as sujeitos não defendem o castigo contra os homossexuais, mas, sim, que “as igrejas devem acolher os/as homossexuais, desde que eles/elas reconheçam que precisam de ajuda para mudar seu comportamento” (JURKEWICZ, 2005, p. 49). No segundo grupo, marcado por uma tolerância amena, estão aqueles/as que acreditam ser a homossexualidade uma prática aceitável, ainda que considerada como inferior. No último grupo, enquadram-se os/as que defendem ser a homossexualidade tão digna de honra e respeito quanto a heterossexualidade. Para esses/as que sustentam essa perspectiva, “a Bíblia nunca foi pensada como lei para todos os tempos e nela existem evidências que sugerem que a homossexualidade era às vezes tolerada sem crítica” (JURKEWICZ, 2005, p. 50). Neste caso, “o que é pecaminoso não é a homossexualidade como tal, mas sim a exploração de outra pessoa, o que pode ocorrer também em relações heterossexuais” (JURKEWICZ, 2005, p. 50). Em meio a esses discursos diferentes e divergentes acerca da relação entre homossexualidade e cristianismo, talvez a saída reflexiva esteja presente nos seguintes versos de Fernando Pessoa: “O amor é o importante, o sexo é um acidente, pode ser igual, pode ser diferente”.

A última pergunta que diz respeito a como deve a escola lidar com a presença de casais gays, presença essa deliberada e não mais ocultada, visto que muitos de nossos alunos e de nossas alunas já “escancararam a porta do armário”, parece-nos apontar para uma necessidade de a instituição escolar rever suas próprias bases, crenças e perceber que ela mesma precisa estar assentada em uma política e em uma prática voltadas para o respeito à diferença e para a valorização da diversidade que nos institui e nos constitui como seres humanos. Torna-se, pois, mais do que urgente a escola rever a sua política de ocultamento em seu currículo “da multiplicidade das diferenças culturais (em especial dos gêneros e das sexualidades), bem como o não-reconhecimento pedagógico do caráter construído e político das identidades (hegemônicas e



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

subordinadas) e de seus sujeitos” (FURLANI, 2005, p. 220). Nesse caso, o currículo configura-se como um espaço de tensões, de conflitos, um território sempre a ser contestado. Por isso, no processo de pensar a educação (especialmente a educação sexual) e o processo de formação educacional, a partir de uma perspectiva que critique os modelos de desigualdade social, o currículo afigura-se como uma questão central, visto que ele “corporifica os nexos entre saber, poder e identidade” e constitui-se, portanto, “um elemento discursivo importante de uma política educacional mais ampla” (FURLANI, 2005, p. 220), o que já vem esboçado, embora ainda não atenda à realidade de muitos professores e muitas professoras, nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

### Conclusão

O sentimento de impotência ante a impossibilidade de controlar e dirigir a sexualidade é, pois, uma das causas que angustiam os/as professores/as que se veem diante da necessidade de discutir sobre sexo e sexualidade na escola e com os alunos na sala de aula. A angústia se intensifica mais ainda se pensarmos que, se houve todo um aparato para a construção das mais diversas formas de controle e governo da sexualidade, não houve, paralelamente a isso, a criação de formas para a discussão e a inserção da sexualidade na formação de professores/as e o consequente redimensionamento da escola frente à temática em epígrafe de maneira que falar de sexo e de sexualidade não causasse espanto, vergonha ou provocasse rubores. A sexualidade deveria estar inserida no rol dos assuntos integrados ao cotidiano de todos, crianças, jovens e adultos, e não ser algo de que se deve falar apenas entre quatro paredes ou às escondidas, em sussurros. Até porque “o que acontece entre quatro paredes tem a ver com o que está a acontecer lá fora e está ligado ao que está lá fora” (LOURO, 2000, p. 44).

Nesse sentido, as inquietações dos/as alunos/as-professores/as da disciplina *Saberes e práticas docentes* apontavam para um outro aspecto que não podemos nos furtar de discutir aqui: qual o papel do professor quando não é mais possível fugir da discussão em sala de aula sobre sexo, sexualidade, corpo e prazer? Parece-nos que o que inquieta, neste caso, é o conhecimento incipiente



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

por parte dos/as docentes de alternativas práticas que possam auxiliar na abordagem educativa e pedagógica da questão. Antes de mais nada, é preciso que a escola e a sexualidade passem por um processo de ressignificação. No caso da escola, mais especificamente da sala de aula, esta precisa se constituir de fato em um espaço democrático onde as opiniões, incertezas, divergências e diferenças devem ser consideradas, discutidas e, sempre que possível, superadas. O professor precisa ter consciência de que, no âmbito escolar, a sexualidade é um tema delicado porque envolve alguns “dilemas pedagógicos do tipo: o quê? para quê?, quem?, e como orientar a sexualidade dos alunos?” (LORENCINI JÚNIOR, 1997, p. 93).

As respostas a esses dilemas devem ser buscadas não isoladamente, mas fazer parte de um projeto escolar integrado e interdisciplinar de forma que as disciplinas do currículo possam contribuir para que as respostas sejam elaboradas a partir das mais diversas dimensões (psicológica, filosófica, histórica, sociológica e biológica), de forma que não sejam descartados aspectos emocionais, éticos e culturais que perpassam a referida temática quando o enfoque sobre ela é educacional, sobretudo. Sendo assim, cada componente curricular e cada professor/a terá uma metodologia própria de trabalho, conforme seja o aspecto da sexualidade vinculado à disciplina que ministra. O interessante é que a abordagem da sexualidade em sala de aula seja feita de forma dinâmica e que se valha das mais diversas estratégias (discussão em grupo, jogos, situações simuladas, exibição de filmes, leitura de textos diversos sobre o assunto desde os científicos até os literários).

Em todas essas atividades, embora o/a professor/a ocupe um papel importante como mediador das discussões, ele/ela não pode deixar que o/a aluno/a ocupe um lugar menor na discussão. Os alunos devem se sentir à vontade para expressar suas opiniões com sinceridade e honestidade. A sala de aula deve ser esse espaço democrático onde se busca, constantemente e de forma renovada, os sentidos da sexualidade. Os temas que circularão e motivarão as aulas e atividades precisam, preferencialmente, vir das escolhas dos próprios alunos, as quais poderão se desdobrar em outras e levarão, inevitavelmente, a outros temas para cuja abordagem os conhecimentos puramente biológicos poderão não ser suficientes. Seja qual for o caminho adotado



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

pelo/a docente/a, a abordagem da sexualidade em sala de aula deve criar condições para que os alunos pensem e reflitam sobre si mesmos.

### Referências bibliográficas

- ALVARENGA, Luiz Fernando Calage e DAL'IGNA, Maria Cláudia. Corpo e sexualidade na escola: as possibilidades estão esgotadas? In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; Soares, Rosângela de Fátima Rodrigues; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla e XAVIER, Maria Luísa Merino de Freitas (Orgs.). *Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens*. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 49-58.
- AQUINO, Julio Groppa (Org.). Apresentação. In: \_\_\_\_\_. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.
- BRITZMAN, Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FURLANI, Jimena. Políticas identitária na educação sexual. In: GROSSI, Mirian Pillar; BECKER, Simone; LOSSO, Juliana Cavilha M.; PORTO, Rozeli Maria e MULLER, Rita de Cassia F. (Orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 219-238.
- JURKEWICZ, Regina Soares. Cristianismo e homossexualidade. In: GROSSI, Mirian Pillar; BECKER, Simone; LOSSO, Juliana Cavilha M.; PORTO, Rozeli Maria e MULLER, Rita de Cassia F. (Orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 45-52.
- LORENCINI JÚNIOR, Álvaro. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, gênero e sexualidade*. Portugal: Porto, 2000.
- \_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; Soares, Rosângela de Fátima Rodrigues; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla e XAVIER, Maria Luísa Merino de Freitas (Orgs.). *Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens*. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- SILVA, Tadeu Tomás da. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.